



Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO REGIONALIZADA E PARTICIPATIVA

Luciana Lima
Marcelo Andrade
Vinícius Barcelos



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO REGIONALIZADA E PARTICIPATIVA

Luciana Lima
Marcelo Andrade
Vinícius Barcelos

RESUMO

Identificar as diferentes necessidades das regiões do Estado de Minas Gerais é fundamental para o direcionamento das políticas públicas. Nesse sentido, o processo de Governança em Rede utilizou metodologia para sistematização e apresentação de indicadores socioeconômicos para as dez Regiões de Planejamento do Estado e seus respectivos municípios. De posse de um conjunto de indicadores socioeconômicos originários de base de dados oficiais e das Secretarias de Estado, a diversidade entre e dentro das Regiões de Planejamento foi trabalhada junto às Reuniões dos Comitês Regionais, por meio, sobretudo, da descrição dos dados em mapas temáticos. De um modo geral, verificou-se que as informações apresentadas aos comitês conseguiram refletir, em boa medida, a realidade local e constituíram instrumento importante para a identificação dos principais problemas e potencialidades pelos membros dos comitês. Questões como a escassez de indicadores disponíveis para ilustrar a condição regional de algumas áreas do governo foram algumas das limitações apresentadas pela metodologia adotada.



1 INTRODUÇÃO

O acompanhamento de indicadores socioeconômicos e ambientais do Estado é peça importante do planejamento do Governo de Minas Gerais. O diagnóstico da população mineira em suas mais variadas dimensões constitui uma etapa fundamental de um de seus principais instrumentos de gestão, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). É com base no retrato das condições sociais, econômicas e ambientais que o planejamento de longo prazo do governo identifica tendências e incertezas para o estabelecimento das melhores estratégias para, no futuro, “Tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver”.

É nesse contexto que o processo de Governança em Rede também incorpora a descrição das diferentes realidades regionais por meio de diagnósticos socioeconômicos e ambientais cujo objetivo precípua é balizar a identificação das necessidades e prioridades de cada Região de Planejamento do Estado. De posse de um conjunto de indicadores socioeconômicos originários de base de dados oficiais e das Secretarias de Estado, a diversidade entre e dentro das Regiões de Planejamento foi trabalhada junto aos Comitês Regionais, uma instância de governança criada no âmbito processo de Governança em Rede, formada por gestores públicos com atuação em determinado recorte regional. Os membros dos comitês são considerados atores estratégicos na identificação dos principais problemas regionais e na priorização das políticas de Estado a serem executadas na sua região de atuação.

O objetivo principal desse artigo é detalhar a metodologia que trabalha a informação regionalizada no âmbito dos comitês regionais do processo de Governança em Rede. O Capítulo 2 apresenta os objetivos em se construir um diagnóstico socioeconômico no âmbito da gestão regionalizada e participativa e, também, apresenta a metodologia de trabalho dessas informações nos Comitês Regionais. O Capítulo 3 apresenta os principais problemas e potencialidades do diagnóstico socioeconômico regionalizado nos ciclos das reuniões dos Comitês nas Regiões de Planejamento, e o Capítulo 4 apresenta as principais conclusões desse artigo.



2 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E O PILAR DE GESTÃO REGIONALIZADA E PARTICIPATIVA DO PROCESSO DE GOVERNANÇA EM REDE

Esse capítulo apresenta os objetivos em se construir um diagnóstico socioeconômico e ambiental para as reuniões dos Comitês Regionais, e também, a metodologia adotada para o trabalho dessas informações em cada uma das dez regiões de planejamento do Estado. No âmbito do processo de Governança em Rede, o diagnóstico socioeconômico é instrumento que fomenta a discussão conjunta sobre a realidade local e prepara para a escolha das prioridades regionais. Esse diagnóstico é apresentado de maneira dinâmica nas reuniões dos Comitês, no sentido de que novos indicadores podem ser demandados e incorporados ao diagnóstico inicial, de acordo com a demanda dos membros dos comitês e direcionamento das discussões. Os indicadores socioeconômicos e ambientais foram elencados por Redes de Desenvolvimento Integrado e ilustrados por meio de gráficos, tabelas, e principalmente mapas temáticos, que acompanham a evolução da região frente às demais, e também, ao nível de seus municípios. Esses aspectos sobre os objetivos e a metodologia adotada para a construção do diagnóstico socioeconômico e ambiental são apresentados nos itens a seguir.

2.1 Objetivos: por que fazer um diagnóstico socioeconômico no âmbito do projeto?

Segundo Jannuzzi (2005), o diagnóstico socioeconômico consiste em uma tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico, por meio da utilização de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade que permeie diversas dimensões da realidade social. Ainda de acordo com o autor, o diagnóstico é o retrato inicial de uma realidade que servirá de referência para auxiliar a decisão de questões prioritárias a serem atendidas, a elaboração de estratégias, programas e ações no âmbito das políticas públicas (JANNUZZI, 2005).

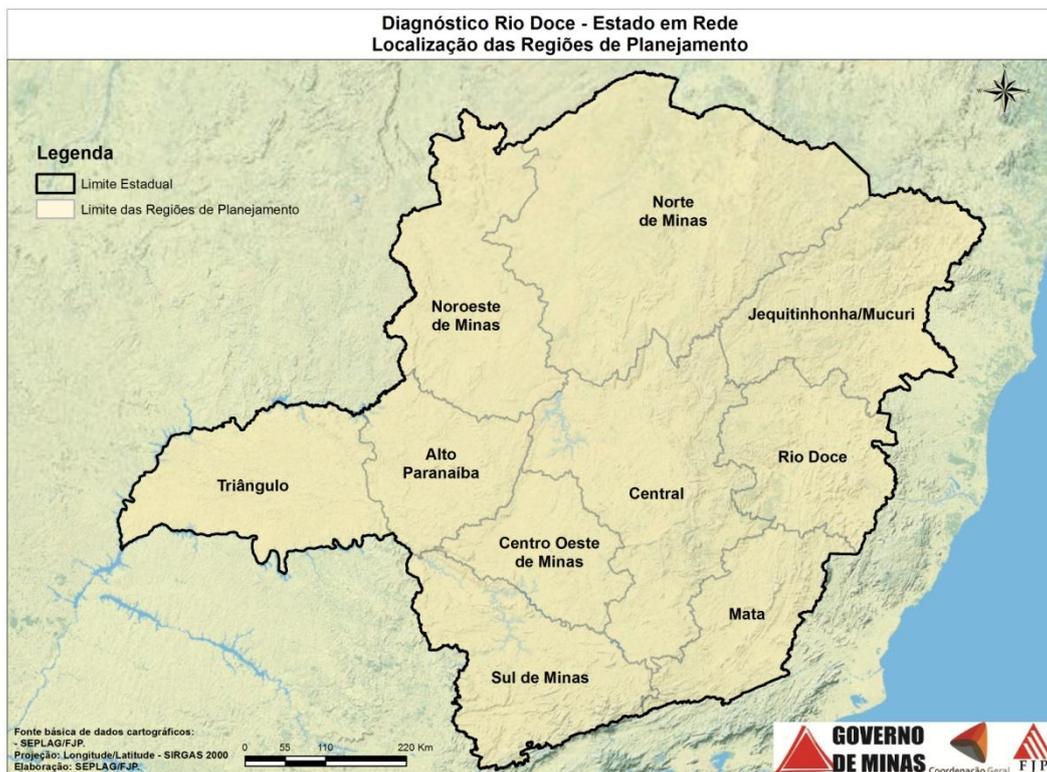
Ao longo dos anos, diagnósticos têm caracterizado Minas Gerais como um Estado marcado por desequilíbrios regionais (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2003; HADDAD, 2004; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).



A identificação das potencialidades e carências das diferentes regiões representa um desafio para o desenvolvimento do Estado e para melhoria da qualidade de vida dos mineiros.

Em face da heterogeneidade do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG) propôs um modelo de gestão com o objetivo de desenvolver um arranjo institucional que viabilize uma articulação horizontal e sistêmica dos órgãos governamentais, assim como uma interlocução entre gestores regionais e sociedade civil com o governo central. O objetivo do modelo é identificar prioridades dentro da estratégia de governo nas dez regiões do Estado (MAPA 1), inserindo assim a lógica da regionalização e da participação nas decisões governamentais.

MAPA 1- Regiões de Planejamento de Minas Gerais



Dentro do modelo proposto pela SEPLAG, o Comitê Regional é uma instância de governança que busca a participação dos servidores que tem a atuação adstrita a determinada região. O Comitê Regional foi instituído em cada uma das dez Regiões de Planejamento do Estado e é formado por gestores regionais das diversas pastas de governo indicados pelos respectivos secretários de Estado.



O Comitê é um espaço que busca soluções dos problemas regionais com base na perspectiva dos próprios gestores locais.

Nas reuniões inaugurais dos Comitês Regionais, é apresentado diagnóstico socioeconômico que serve como ponto de partida para subsidiar a construção coletiva da imagem da região. O diagnóstico oferece informações de diferentes áreas para que os gestores regionais possam ter uma perspectiva territorial, temporal e multissetorial da localidade em que atuam. Uma vez que o diagnóstico é apresentado em reunião que congrega representantes de várias pastas, o gestor de uma área pode vislumbrar não apenas a evolução dos indicadores afins a sua secretaria, como também, dos demais setores do governo. Com base no diagnóstico apresentado, os gestores são capazes de pensar a região para além da perspectiva dos desafios da sua área, sendo incentivados a discutirem uma realidade mais completa e estabelecer, de forma colegiada, quais os principais desafios enfrentados por sua região e quais as estratégias que devem ser priorizadas para combatê-los.

Em linhas gerais, o diagnóstico socioeconômico tem o objetivo de ampliar o conhecimento dos gestores regionais sobre a região que atuam e municiá-los de informações que permita a reflexão holística do território. Espera-se que os membros dos Comitês sejam motivados a pensar, discutir, propor e apontar, de forma intersetorial, as estratégias mais adequadas para solucionar os principais problemas e ressaltar experiências positivas que possam ser inspiradoras de outras ações. A metodologia adotada para sistematização e apresentação do diagnóstico socioeconômico nas reuniões dos comitês é apresentada no próximo item.

2.2 Metodologia: sistematização e apresentação dos indicadores socioeconômicos

A utilização de indicadores socioeconômicos constitui aspecto fundamental do processo de Governança em Rede. Em 2011, quando esse processo ainda se encontrava em sua experiência piloto na Região do Rio Doce e na Região do Norte de Minas, foi elaborada metodologia para seleção de indicadores socioeconômicos que representassem a realidade socioeconômica das dez regiões de planejamento do Estado, e também, da melhor forma de apresentação desses indicadores.



Essas duas regiões foram escolhidas para serem os pilotos do então Projeto de Governança em Rede tendo em vista que elas apresentam características peculiares às das demais Regiões de Planejamento, nos âmbitos sociais e econômicos.

Para a construção dessa metodologia contou-se com apoio do corpo técnico da Fundação João Pinheiro, uma autarquia do Estado de Minas Gerais que dentre outras atribuições é responsável por produção de pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento e abriga a Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. Ademais é dela a divisão do Estado utilizada pelo Processo de Governança em Rede, o que contribuiu de maneira significativa para o processo de delineamento do perfil das regiões. Durante aproximadamente dois meses, uma equipe técnica da SEPLAG esteve sediada em um dos *campi* da Fundação João Pinheiro, estabelecendo contato diário com técnicos e professores para identificação, construção e sistematização dos indicadores que iriam compor o futuro diagnóstico socioeconômico a ser apresentado nas Regiões de Planejamento. Ademais, com base na *expertise* da Fundação João Pinheiro em técnicas de georreferenciamento, a equipe da SEPLAG passou por treinamento intensivo de operação do *software* Arcgis versão 10.0 para a elaboração de mapas temáticos de informações socioeconômicas.

A ilustração da realidade local por meio de mapas temáticos foi o carro-chefe da metodologia adotada para apresentação do diagnóstico socioeconômico nos Comitês Regionais, uma vez que é de fácil apreensão por parte do público leigo visualizar a evolução dos indicadores ao nível das Regiões de Planejamento, e também, ao nível de seus municípios por meio de mapas. Cabe ressaltar que o domínio dessa técnica teve importantes desdobramentos dentro e fora da SEPLAG. Tendo em vista que o êxito do diagnóstico socioeconômico por meio da informação georreferenciada no Processo de Governança em Rede, foram abertas demandas por georreferenciamento de informações de outra natureza, como informações sobre gastos relativos ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), e também para outras finalidades, como o apoio a outras Secretarias de Estado para o georreferenciamento de informações socioeconômicas e dados sobre programas de Governo.

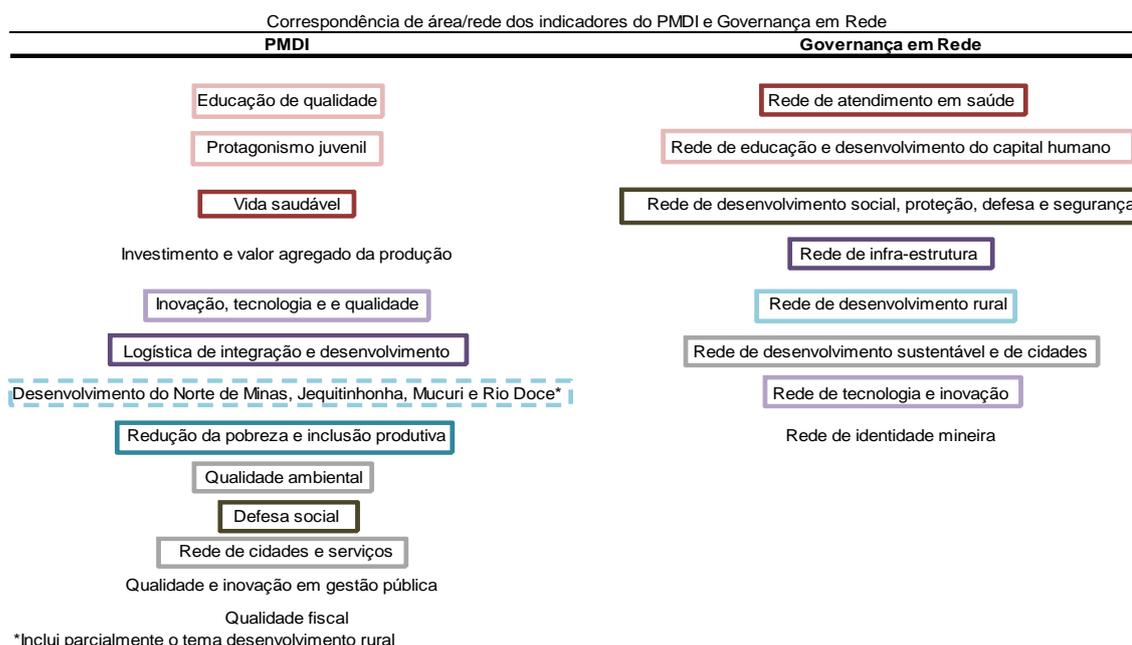


A equipe da SEPLAG presente na Fundação João Pinheiro desenvolveu, também, atividades junto às Secretarias de Estado e atores governamentais estratégicos para definir a carteira de indicadores que comporia o diagnóstico socioeconômico. Reuniões periódicas eram agendadas na Cidade Administrativa para consulta às pastas sobre informações técnicas sobre indicadores específicos. Por exemplo, alguns indicadores de meio ambiente, por dependerem de técnicos especializados para a sua definição e cálculo, demandou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) mobilização de parte de seu corpo de funcionários para a mensuração de indicadores relativos a dimensões como qualidade da água e das unidades de conservação. A formatação dessas informações para o modelo de apresentação dos mapas no diagnóstico socioeconômico foi orientada pela equipe da SEPLAG, que acompanhou todo o processo de definição e elaboração desses indicadores.

Dentro da própria SEPLAG foram consultados servidores e documentação que auxiliassem o processo de definição da carteira de indicadores. O Caderno de Indicadores, atualmente publicado pelo Escritório de Prioridades Estratégicas (EPE), e as revisões do PMDI constituíram materiais de extrema importância, especialmente a revisão 2007-2023, tendo em vista que a revisão 2011-2030 ainda se encontrava em fase de elaboração. Foi definido como um importante critério a escolha de indicadores pertencentes às áreas estabelecidas pela revisão de 2007 do PMDI e que estivessem de algum modo relacionadas às Redes de Desenvolvimento Integrado da revisão de 2011 do PMDI, que naquela época ainda representava um conceito em construção, mas que no entanto, já era incorporado pelo Processo de Governança em Rede, conforme ilustra o QUADRO:



Quadro 1



Fonte dos dados básicos: Seplag, 2011.

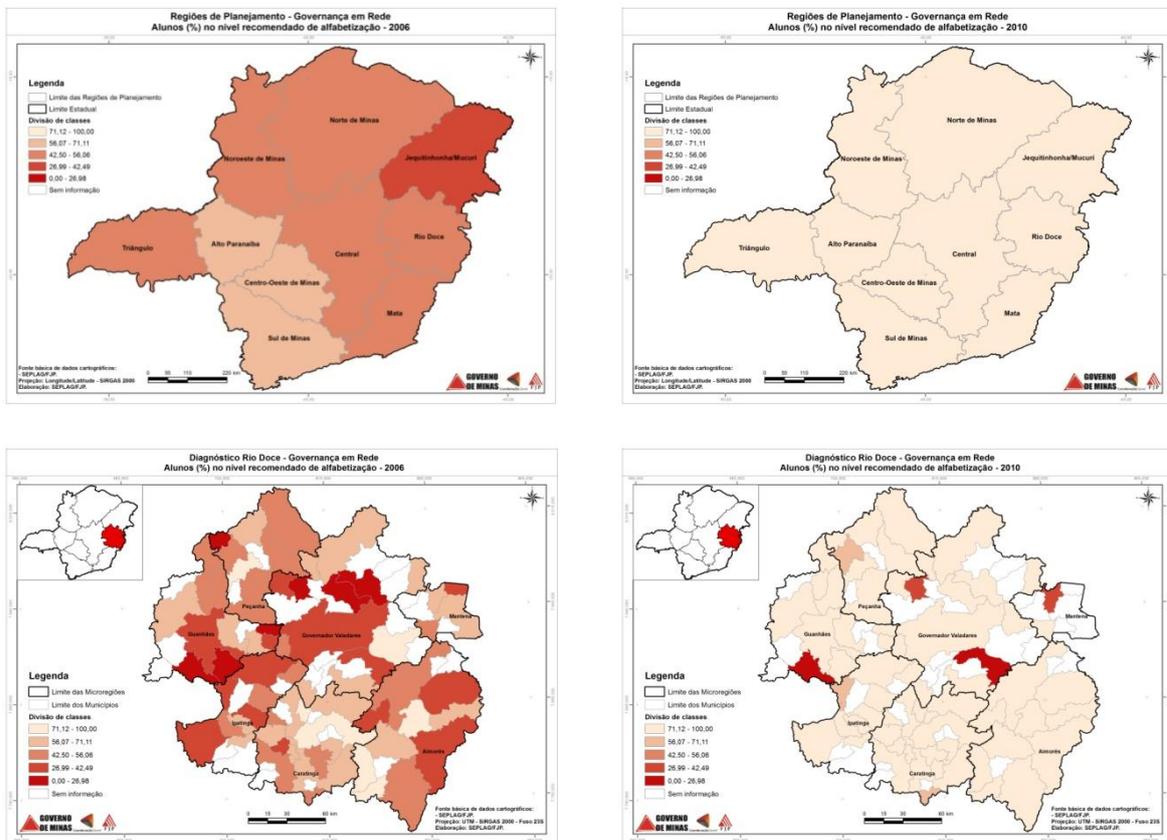
Do ponto de vista técnico, foi estabelecida como prioridade a escolha de indicadores que pudessem ser municipalizados, e, para atendimento do pilar de Gestão Regionalizada do Processo Governança em Rede, foram selecionados indicadores que pudessem ser agregados ao nível das Regiões de Planejamento. Em algumas situações, foram propostos outros indicadores além daqueles que já constavam nas publicações oficiais do governo, justamente para atender o critério de municipalização. Em outras, os indicadores não puderam ser agregados para a escala das regiões em função da indisponibilidade das informações para esse nível e, também, da própria natureza do indicador.

Para a descrição dos indicadores aos níveis municipais e de Regiões de Planejamento foram utilizados mapas temáticos para essas escalas, com a finalidade de se explorar as diferenças entre as dez Regiões de Planejamento, e também, a heterogeneidade interna ao nível dos municípios em cada uma delas. Para a geração dos mapas, optou-se em utilizar, por indicador, um mesmo conjunto de classes de valores, a fim de se estabelecer comparações entre os níveis das regiões de planejamento e dos municípios. Há vários métodos para a definição dessas classes, tendo sido utilizado o método de pontos de quebras naturais (*natural breaks points*), que procura por agrupamentos que ocorram "naturalmente" nos dados, levando em consideração a homogeneidade interna para cada classe.



Com a finalidade de se obter a variação temporal do indicador, para aqueles com informação disponível, os mapas foram elaborados para dois pontos no tempo. Em geral, na ocasião da elaboração dos diagnósticos socioeconômicos havia informações de 2002 e 2011, sendo que para alguns indicadores em específico, médias trienais ou quadrienais foram utilizadas para suavizar as flutuações anuais nos valores desses indicadores. A FIG.1 e a FIG.2 exemplificam a apresentação das informações por meio de mapas temáticos na primeira reunião do Comitê Regional do Rio Doce e do Norte de Minas.

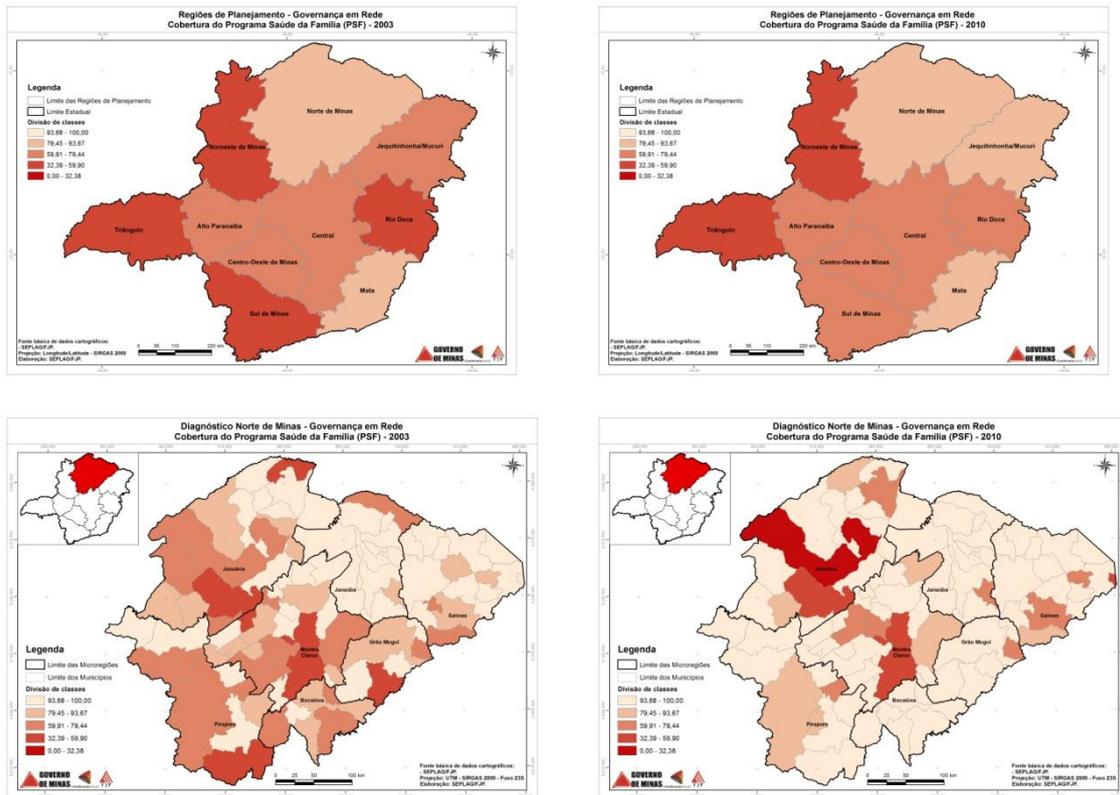
Figura 1 – Exemplo de apresentação dos mapas para a Região do Rio Doce



Fonte dos dados básicos: Seplag, 2011.



Figura 2 – Exemplo de apresentação dos mapas para a Região do Norte de Minas



Fonte dos dados básicos: Seplag, 2011.

A carteira de indicadores socioeconômicos do Processo Governança em Rede nos Pilotos Rio Doce e Norte de Minas reuniu 29 indicadores socioeconômicos relacionados a oito Redes Prioritárias da Gestão Transversal do Desenvolvimento no âmbito do Poder Executivo da revisão de 2007-2023 do PMDI (e posteriormente, com a revisão de 2011 do PMDI realizada, substituídas pela noção de Redes de Desenvolvimento Integrado). No que se referem às fontes de dados utilizadas para elaboração ou compilação desses indicadores, foram utilizadas informações de bases de dados oficiais, como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2009 (IMRS) e informações preliminares do Censo Demográfico 2010. Porém, cabe destacar as Secretarias de Estado do Governo de Minas Gerais como importantes fontes de dados para elaboração e compilação de parte dos indicadores socioeconômicos utilizados.

A apresentação do diagnóstico socioeconômico foi realizada pelos técnicos da SEPLAG que participaram do processo de concepção e elaboração do diagnóstico socioeconômico. Houve esforços para que a linguagem utilizada na apresentação fosse acessível ao público-alvo, tendo sido permitido aos membros dos comitês intervirem na apresentação para esclarecerem dúvidas, sempre que fosse necessário. Para facilitar o entendimento dos indicadores, antes da apresentação dos mapas temáticos foi apresentada ficha contendo o nome do indicador, seu objetivo e significado, interpretação, fonte dos dados básicos e periodicidade da informação (FIG.3).

Figura 3 - Exemplo de ficha de qualificação dos indicadores na primeira reunião dos Comitês Regionais

PROPORÇÃO DE EMPREGADOS DE ALTA ESCOLARIDADE NO SETOR FORMAL

- Objetivo: obter a representatividade da mão-de-obra de alta escolaridade no mercado de trabalho formal. Indicador de capital humano.
- Interpretação: quanto maior a proporção, melhor o indicador (potencial de inovação e desenvolvimento tecnológico).
- Periodicidade e fonte: anual com defasagem de dois anos. Dados podem ser obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Coordenação Geral

Fonte dos dados básicos: Seplag, 2011.

De um modo geral, os membros dos comitês participaram ativamente da dinâmica de apresentação do diagnóstico socioeconômico. Para que a apresentação não ficasse exaustiva, Redes afins foram agrupadas em três blocos¹, sendo que ao final da apresentação os representantes dessas redes tiveram a palavra para responder ao grupo três questões fomentadoras: as informações apresentadas refletem a sua percepção da realidade da região? Em sua opinião, quais são os

¹ Redes de Educação e Desenvolvimento Humano, de Tecnologia e Inovação e Identidade Mineira no bloco 1, Redes de Infraestrutura, Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Sustentável e de Cidades no bloco 2, e Redes de Atendimento à Saúde, Desenvolvimento Social, Proteção, Defesa e Segurança no bloco 3.



fatores que afetam ou contribuem para alterar os indicadores apresentados? De que forma a atuação de sua área pode colaborar para melhoria destes indicadores?

Em 2012, com a consolidação do processo de Governança em Rede em todas as Regiões de Planejamento, foram instituídos os Comitês Regionais. Nas dez Regiões de Planejamento foram realizadas, no mínimo, dois encontros, sendo que em algumas delas foi possível realizar até quatro reuniões.

Nas segundas reuniões dos Comitês Regionais a informação regionalizada assumiu um caráter de maior aprofundamento dos pontos destacados pelos membros do Comitê na primeira reunião, sendo objetivo desse segundo ciclo de reuniões a priorização da estratégica governamental com base nos objetivos estratégicos do PMDI 2011-2030. Como apoio a esse processo de priorização de objetivos, ao final da primeira reunião de Comitê foi distribuído aos membros material didático (arquivos gravados em CD) contendo a apresentação do diagnóstico socioeconômico para maior reflexão acerca dos indicadores ilustrados, e também, manual derivado do PMDI 2011-2030 contendo, por Redes, objetivos estratégicos e alguns indicadores selecionados pela equipe da SEPLAG para ilustrá-los. Assim, no segundo ciclo de reuniões, esse material auxiliou a escolha de um objetivo estratégico por Redes de Desenvolvimento Integrado.

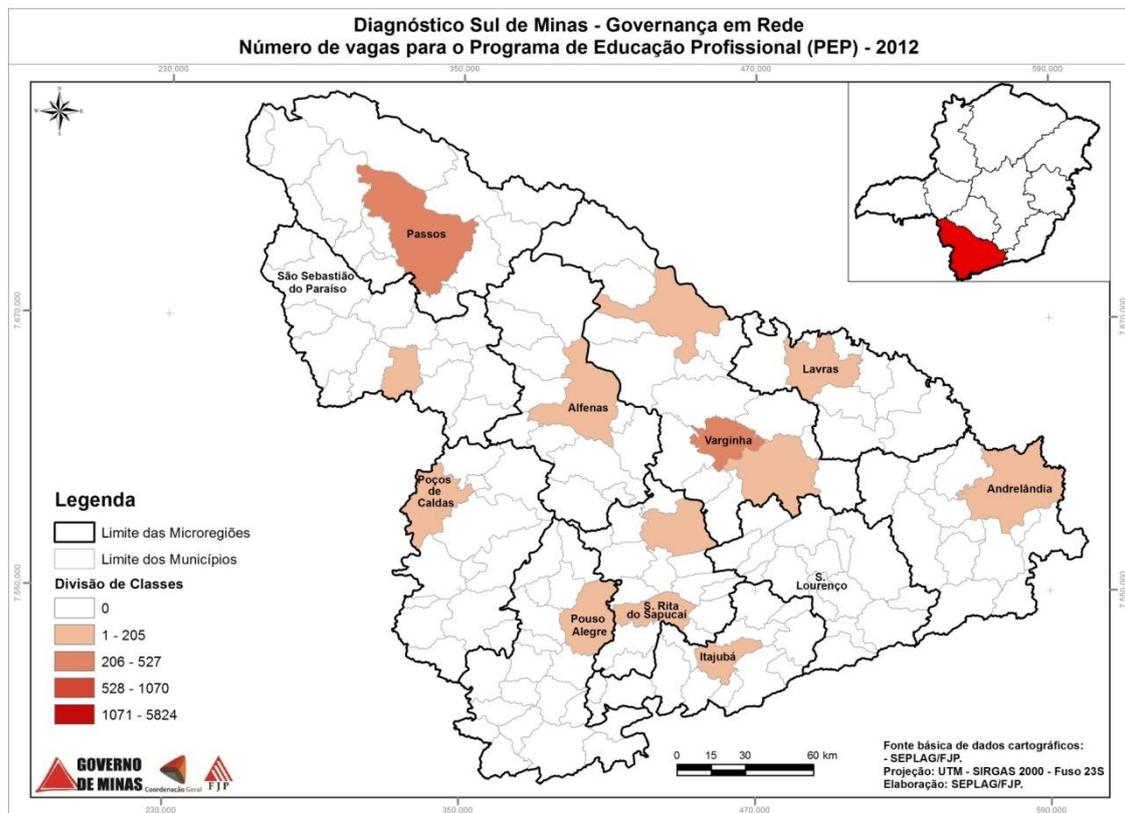
A parte de escolha dos objetivos estratégicos na segunda reunião foi precedida pela apresentação de novas informações. Essas devolutivas foram construídas com base na demanda do próprio Comitê, como por exemplo, informações sobre programas do Estado de Minas Gerais, dados provenientes das Secretarias de Estado e, também, outros indicadores socioeconômicos que esclarecessem pontos que não ficaram bem elucidados na primeira reunião. Essa dinâmica permitiu que novos dados fossem incorporados aos diagnósticos das regiões em seus ciclos de encontros, conformando um diagnóstico dinâmico em constante processo de reunião de informações.

O MAPA 2 ilustra uma sequência de tema discutido na primeira reunião de Comitê e aprofundado, por meio de dados, na segunda reunião. Na reunião inaugural do Comitê Região Sul de Minas foi discutida a necessidade em aumentar o acesso dos jovens no mercado de trabalho. Sendo assim, para ilustrar o que o governo estadual já tem realizado nesse sentido, foram colhidas junto à Secretaria



de Estado de Educação do Estado de Minas (SEE/MG) informações sobre o Programa de Educação Profissional (PEP) para a Região Sul de Minas e levadas para a segunda reunião. Nesse contexto, foi possível dar continuidade aos debates relativos aos mecanismos de inserção do jovem no mercado de trabalho na região, e ilustrar esse tema com informações sobre a distribuição de vagas no PEP ao nível dos municípios do Sul de Minas.

Mapa 2



No Comitê da Região do Triângulo, por sua vez, foi afirmado que a produção de queijo artesanal em alguns municípios estava prejudicada devido à má qualidade da água. Levantou-se a suspeita de que o lençol freático estava contaminado devido à destinação inadequada do esgoto domiciliar em áreas rurais. Sendo assim, o Comitê demandou dados dos municípios com grande percentual de domicílios em áreas rurais que destinavam seu esgoto em fossas rudimentares (ou fossas negras). Com essa informação, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) propôs uma ação para mensurar a

qualidade da água nesses municípios, e os dados sobre o destino do esgoto dos domicílios em área rural auxiliou na localização do foco do problema. Ademais, a ação da EMATER contou com o apoio da Superintendência Regional de Saúde para ceder instrumentos adequados para mensurar a qualidade da água. Ou seja, uma ação que atacou um problema local/regional por meio da articulação intersetorial, e sem adição de custos para o Estado.

Um dos casos mais emblemáticos de articulação intersetorial que aconteceram no âmbito do Processo de Governança em Rede ocorreu no Comitê da Região Jequitinhonha/Mucuri, uma das mais carentes do Estado. Na primeira reunião do Comitê, o diagnóstico socioeconômico levou informações sobre qualidade dos trechos das rodovias estaduais na região, e também, trechos de rodovia com previsão de pavimentação até 2014. Os membros do Comitê foram unânimes em reportar a existência de um trecho viário específico que era mais importante para a integração da região do que aqueles que estavam sendo apresentados (e priorizados) pelo nível central de Governo. Diante dessa situação, o Comitê redigiu nota técnica solicitando e justificando a inclusão do trecho que eles julgavam ser o mais prioritário dentre as prioridades do Governo. A nota técnica continha argumentos de todas as áreas de Governo representadas no Comitê justificando a importância da inclusão do trecho nos planos de pavimentação de rodovia. A equipe executora do Processo de Governança em Rede articulou a chegada dessa nota técnica às mãos do governador, que acatou a demanda do Comitê. Sendo assim, esse trecho priorizado pelo Comitê foi incluído nos planos de governo, modificando um planejamento prévio elaborado em nível central. Esse caso representa para alguns gestores governamentais, uma quebra de paradigma no planejamento estratégico do governo, iniciado pelo Processo Governança em Rede, representando uma verdadeira inovação na gestão do Governo de Minas Gerais.

Os três exemplos citados ilustram a importância do diagnóstico no Processo de Governança em Rede. No caso do Sul de Minas e do Triângulo, o diagnóstico trouxe novas informações sobre questões específicas nas regiões, de acordo com a demanda do Comitê. No caso do Sul de Minas, as novas informações foram importantes para fomentar o debate sobre o acesso dos jovens no mercado de trabalho. No Triângulo, as novas informações puderam auxiliar uma ação



concreta da EMATER-MG e Superintendência Regional de Saúde na resolução de um problema importante da região. No Jequitinhonha/Mucuri as informações trazidas foram insumo para alterar a estratégia de pavimentação de rodovias já estabelecida pelo governo central.

De um modo geral, pode-se considerar que a metodologia adotada para trabalho das informações socioeconômicas e ambientais nas reuniões de Comitês foi bem sucedida. Destaca-se o papel do diagnóstico socioeconômico em fomentar a discussão sobre as principais carências e potencialidades das regiões na primeira reunião dos Comitês Regionais, e em aprofundar em temas de destaque no segundo encontro, quando os membros governamentais locais realizam a escolha das principais estratégias da ação governamental por Redes de Desenvolvimento Integrado. Todavia, alguns temas do diagnóstico socioeconômico não foram tão bem explorados em virtude de limitações como a escassez de dados ou de informações atualizadas. O próximo capítulo discute essas potencialidades e limitações à luz do trabalho realizado nas reuniões dos Comitês Regionais.

3 A INFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO ÂMBITO DAS REUNIÕES DOS COMITÊS REGIONAIS: IDENTIFICAÇÃO DE LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA METODOLOGIA ADOTADA

Os diagnósticos regionais revelam aspectos econômicos, sociais e ambientais entre e dentro das Regiões de Planejamento, e foram trabalhados junto às reuniões dos Comitês Regionais, por meio, sobretudo, da descrição dos dados em mapas temáticos. Ademais, a maior parte dos indicadores foi apresentada em mais de um ponto na série histórica, o que permitiu conduzir análises no tempo e no espaço.

Fez parte da metodologia de apresentação dos indicadores socioeconômicos fomentar o compartilhamento das percepções entre os gestores regionais, sendo que nas reuniões subsequentes dos Comitês eles também foram convidados a trazerem informações locais que julgassem relevantes para construir um retrato mais fiel da região, mas que não foram apresentados no diagnóstico socioeconômico inicial. Essa tarefa de trazer novos dados, portanto, não se restringiu ao nível técnico central, mas também se estendeu aos gestores regionais que têm total liberdade para contatar a equipe técnica da SEPLAG antes, durante e após as reuniões a respeito dos indicadores socioeconômicos.



A tendência nos comitês foi a de que o diagnóstico cumpriu o seu papel em descrever a realidade da região. No entanto, o diagnóstico por si mesmo não pode ser suficiente em traduzir por completo o contexto social (PEREIRA E PINTO, 2012). A defasagem no tempo para algumas informações ilustra a não correspondência entre a realidade descrita pelos indicadores socioeconômicos e a percepção dos membros dos Comitês. Por exemplo, o dimensionamento do mercado de trabalho informal no diagnóstico socioeconômico foi realizado por meio de dados censitários, cuja periodicidade é decenal. Mesmo tendo sido utilizados dados do Censo 2010, nem sempre essa dimensão correspondeu à realidade percebida em 2012, sendo essa uma dificuldade que se soma à dinamicidade com que a parcela da população no mercado de trabalho informal se forma, sobretudo ao nível dos municípios.

Outro exemplo acerca da tradução da realidade local por parte dos indicadores foi o confronto de informações declaradas e informações registradas por meio de fiscalização. No bloco das Redes de Infraestrutura, Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Sustentável e de Cidades, foi apresentado indicador sobre destinação final do lixo coletado. A fonte dos dados básicos para essa informação é o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (Seis), uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, e que reúne informações declaradas por gestores municipais. O retrato traduzido por esse indicador nem sempre correspondeu à realidade percebida pelos representantes locais, sobretudo daqueles ligados especificamente a esse tema, que por meio de fiscalizações tem maior acesso sobre a existência de lixões e aterros para destinação final do lixo. Ademais, o indicador proveniente da Seis é defasado (corresponde ao ano de 2008), o que demandou cautela na sua interpretação.

Um aspecto importante de ser mencionado como limitação da metodologia utilizada foi a escassez de informações para determinadas áreas, sendo um exemplo, a dificuldade em utilizar indicadores relativos à Rede de Identidade Mineira. Com base nos dados disponíveis por Região de Planejamento, foram utilizadas informações como intensidade da dinâmica sociocultural e práticas culturais domésticas e de sociabilidade da população jovem, tendo como base dados provenientes da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD 2009) da Fundação João Pinheiro. Se por um lado essas informações são úteis por retratarem prática cultural e de ocupação do tempo livre para um grupo etário em



que essas características são marcantes, por outro lado, elas também são restritivas ao não incluírem os demais segmentos etários da população.

Ao longo dos ciclos de reuniões dos Comitês outras informações foram sendo adicionadas para essa Rede, como por exemplo, dados sobre a Pesquisa de Demanda Turística da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), de repasse per capita de ICMS Cultural, e os indicadores da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ) para a dimensão esportiva como o Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE) e suas componentes. Todavia, na opinião de membros de vários Comitês a utilização dessas informações não foi suficiente para retratar a realidade local por meio da Rede de Identidade Mineira, sendo muito recorrente a solicitação por dados que explorassem aspectos locais como as festas folclóricas, as exposições, o artesanato etc. Houve contatos com as secretarias afins para discutir a inclusão dessas informações no diagnóstico socioeconômico, porém, houve clara dificuldade em traduzir esses dados em indicadores quantitativos, sendo eles de natureza qualitativa e que comunicam mais por meio de exposição de figuras e vídeos do que na dinâmica de apresentação escolhida do diagnóstico socioeconômico para os Comitês.

Um aspecto que não constitui propriamente uma limitação, mas que é importante de ser mencionado, diz respeito ao fato de que em algumas regiões as prioridades já estavam claras para os gestores antes mesmo do início do debate, o que de certo modo esvaziou a discussão de escolhas das estratégias erigida em torno dos indicadores socioeconômicos na segunda reunião dos Comitês. Já em outras regiões, o diagnóstico pareceu ajudar mais na construção da argumentação dos gestores regionais durante as discussões.

O diagnóstico socioeconômico revela aspectos importantes para a construção do retrato da realidade vivida pela população em uma região, e é potencializado ao ser compartilhado e discutido em uma reunião com gestores regionais que vivem e executam as políticas públicas naquele território. A dinâmica de discussão em mais de um encontro do Comitê viabiliza a construção de um diagnóstico dinâmico, em que as temáticas mais relevantes regionalmente possam ser mais bem exploradas, aprofundando o diagnóstico regional nos aspectos eleitos como mais importantes. É por meio dessa dinâmica que se pretendeu identificar as prioridades nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais: utilizando indicadores socioeconômicos construídos tecnicamente, valorizando a percepção dos gestores regionais e fomentando a discussão intersetorial do território.



4 CONCLUSÃO

O diagnóstico no âmbito da administração pública é um instrumento utilizado para identificar os aspectos sociais e econômicos vividos pela população em uma região onde a política pública será implementada. Este artigo apresentou a utilização do diagnóstico no Processo de Governança em Rede proposto pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que tem como objetivo a identificação de prioridades de políticas públicas nas diferentes regiões de Minas Gerais.

O diagnóstico inicial foi elaborado buscando retratar as múltiplas dimensões de atuação do Estado nas dez Regiões de Planejamento, utilizando uma carteira de indicadores socioeconômicos e ambientais, construídos por meio de dados oficiais dos diversos organismos de governo e das Secretarias de Estado.

O diagnóstico socioeconômico é útil para dar uma visão geral da realidade da região para os membros dos comitês, que são incentivados a empreenderem uma discussão regional com base nas informações do diagnóstico, trazendo para o debate suas percepções e informações que complementam o diagnóstico inicial. À medida que as discussões se aprofundam, surge a necessidade de inclusão e análise de novos indicadores que passam a compor o diagnóstico regional, dando a ele um caráter dinâmico.

O processo de formulação do diagnóstico regional na forma que foi descrito neste artigo permitiu a construção de uma carteira de indicadores que cobre todas as áreas de atuação do governo. O armazenamento das informações tem a preocupação de manter a série histórica de cada indicador para cada região e município do Estado. A manutenção da série histórica e a atualização constante da carteira de indicadores permitem que esse banco de dados tenha potencial para ser utilizado em avaliações de impacto das políticas públicas priorizadas nas Regiões de Planejamento.

Por mais completo e dinâmico que possa ser a carteira de indicadores, é importante destacar que muitas vezes não é possível captar alguma dimensão da realidade social, visto que a indisponibilidade de indicadores adequados é um impeditivo. O tipo de informação e de estruturação do dado disponível em cada Secretaria de Estado, por exemplo, é variável, favorecendo mais o olhar para alguns



setores do que para outros. Outro limitador do diagnóstico regional é a dificuldade em captar particularidades decorrentes dos processos históricos de cada região do Estado de Minas Gerais. A tentativa de padronizar contextos sociais por meio de indicadores é um limitador que não é suprimido nem mesmo com a participação dos atores regionais na construção do perfil regional.

REFERÊNCIAS

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v.56, n.2, p137-160, Abr/Jun 2005)

MONTEIRO, Jorge Vianna. O processo decisório de política. Em: *Políticas Públicas; coletânea/Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi*. – Brasília: ENAP, 2006. 2v.

PEREIRA, Danielle Ramos de Miranda; PINTO, Marcelo de Rezende. A importância do entendimento dos indicadores na tomada de decisão dos gestores públicos. Em: *Revista do Serviço Público*. Brasília 63 (3): 363-380 jul/set 2012

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (org). *Minas Gerais do Século XXI*, Belo Horizonte, 2003.

HADDAD, P. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. *Cadernos do BDMG*, no. 8, abril, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais 2011*. Centro de Estatística e Informações, 2011.



AUTORIA

Luciana Lima – Servidora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Endereço eletrônico: luciana.lima@planejamento.mg.gov.br

Marcelo Andrade – Servidor da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Endereço eletrônico: marcelo.andrade@planejamento.mg.gov.br

Vinícius Barcelos – Servidor da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Endereço eletrônico: vinicius.barcelos@planejamento.mg.gov.br

